



Gabinete de Planeamento, Estratégia,
Avaliação e Relações Internacionais
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Office for Economic Policy
and International Affairs
MINISTRY OF FINANCE



PLANO DE ATIVIDADES 2020

PLANO DE ATIVIDADES 2020



FICHA TÉCNICA

Título

PLANO DE ATIVIDADES DO GPEARI • 2020

Data

abril • 2020

Edição

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais • Ministério das Finanças
Rua da Alfândega, 5A - 1100 - 016 Lisboa • Telefone: +351 218 823 390 • Fax: +351 218 823 399

www.gpeari.gov.pt

ÍNDICE

MENSAGEM DA DIREÇÃO.....	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	8
1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL.....	10
2. SERVIÇOS PRESTADOS, UTILIZADORES E INTERLOCUTORES	13
3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS.....	16
4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS	18
4.1. OBJETIVOS OPERACIONAIS - QUAR 2020.....	22
4.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ATIVIDADES EXTRA-QUAR.....	24
5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	26
6. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	28
ANEXO I • QUAR 2020	30
ANEXO II • OBJETIVOS QUAR E EXTRA-QUAR 2020.....	31

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1 Estrutura Orgânica do GPEARI.....	12
Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI	15
•	
Quadro 1 Postos de trabalho previstos para 2020.....	16
Quadro 2 Orçamento Inicial do GPEARI para 2019 e 2020	17
Quadro 3 QUAR 2020 – objetivos operacionais e indicadores	22
Quadro 4 Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR	24

MENSAGEM DA DIREÇÃO



Não sendo por demais referir, os objetivos estratégicos plasmados no decreto regulamentar que instituiu o GPEARI refletem três grandes prioridades: a dinamização da representação e apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF; a promoção da representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional; e o desenvolvimento de uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos.

No contexto atual de pandemia, provocada pelo COVID19, impõem-se práticas inovadoras de gestão e de organização do trabalho, que garantam a manutenção da atividade da organização e dos trabalhadores, em ambientes de trabalho altamente desafiantes e com níveis acrescidos de exigência.

Face à natureza das suas funções, em contexto nacional e internacional, o GPEARI já se encontrava dotado de uma infraestrutura tecnológica e de uma cultura institucional que lhe permite desenvolver a sua atividade regular num contexto de teletrabalho generalizado, dando resposta ao número de solicitações acrescidas que lhe têm sido dirigidas, sem qualquer constrangimento ao cumprimento da sua principal missão.

Tendo em conta que o principal capital de uma instituição são as pessoas, o atual contexto causado pela pandemia do COVID 19 veio dar ainda mais relevância à necessidade de reforço da identidade organizacional. Através do envolvimento de todos os trabalhadores, promove-se uma estratégia orientada para o reforço da flexibilidade e adaptabilidade da instituição, na perspetiva que só assim será possível continuar a responder de forma eficaz aos desafios que se apresentam e contribuir para que o atual enquadramento, de especial dificuldade, possa ser ultrapassado com a menor perturbação possível.

Uma palavra de apreço aos nossos colaboradores pelo seu empenho e forte compromisso institucional na consolidação do papel do GPEARI como gabinete de referência na área de estudos e das relações europeias e internacionais.

Rosa Maria Caetano
Subdiretora-Geral

José Carlos Azevedo Pereira
Diretor-Geral

Paula Fonseca Costa
Subdiretora-Geral

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Atividades do GPEARI para 2020 pretende aprofundar os vetores de melhoria contínua dos serviços que presta aos mais diretos clientes e *stakeholders*.

Nos últimos anos, têm sido colocados ao GPEARI sistemáticos desafios, bastante exigentes para uma estrutura da sua dimensão, em parte decorrentes do contexto económico que Portugal tem enfrentado, que se traduz numa pressão significativa para o Ministério das Finanças. Tal reflete-se, especialmente, no apoio à definição, monitorização e avaliação de políticas públicas, cujo constante escrutínio, quer no plano nacional, quer no plano europeu, obrigam a uma cada vez mais criteriosa e eficiente gestão dos recursos. Há ainda a referir como desafio relevante a Presidência Portuguesa da União Europeia do primeiro semestre de 2021, em cuja preparação o GPEARI tem vindo a participar.

A par destes desafios, o ano de 2020 é marcado pela eclosão da pandemia da Covid-19, que gerou dificuldades adicionais. Em particular, o GPEARI tem sido chamado a contribuir para o debate e análise das diversas iniciativas que a União Europeia e outras organizações internacionais tem vindo a desenvolver, para apoiar os esforços dos estados-membros e dos países em desenvolvimento na resposta à atual situação de saúde pública e à recuperação económica.

Em 2020, continuaremos a dar especial enfoque ao projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas", apoiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia, que envolve apoio técnico especializado de entidades externas para capacitação interna, em termos de avaliação de políticas públicas e melhoria do processo de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais, e que permitirá tornar o GPEARI um referencial no processo de avaliação de políticas públicas.

No contexto do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), o GPEARI continuará a acompanhar as negociações relativas às medidas de política em resposta aos impactos económicos da pandemia, tendo em conta a ligação destas ao Orçamento da União, tal como continuará a participar na negociação das propostas de novas fontes para o seu de financiamento.

Manter-se-á o acompanhamento e vigilância do exercício pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, acordado entre as autoridades portuguesas e as entidades europeias. Em paralelo, o GPEARI acompanhará, igualmente, as missões de monitorização, na qualidade de membro do Fundo Monetário Internacional, através das

missões anuais sob o Artigo IV, e enquanto membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Na área dos serviços financeiros, o ano de 2020 será marcado pela preparação da Presidência Portuguesa, pelos projetos da União Bancária e da União para os Mercados de Capitais, assim como pelas questões relacionadas com o financiamento sustentável e o impacto da digitalização.

É ainda de destacar o papel do GPEARI em matéria de aplicação da legislação da UE, quer em termos de transposição de diretivas, quer em termos de execução de opções previstas em regulamentos. Igualmente importante é a participação do GPEARI na elaboração de projetos legislativos de iniciativa nacional e nos trabalhos em matéria de auxílios de Estado.

De realçar, por outro lado, o contributo que o GPEARI continuará a dar no âmbito da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

No âmbito da cooperação internacional, importa destacar a contribuição para o debate internacional sobre as medidas de apoio aos países mais pobres, como sejam as iniciativas de alívio da dívida, para fazer face aos efeitos adversos da pandemia e medidas de recuperação económica, que permitam estimular o desenvolvimento do setor privado, de que é exemplo o Compacto Lusófono.

O GPEARI pretende aprofundar a sua posição de referencial para a Administração Pública, relevando as suas capacidades analíticas, por forma a incrementar o apoio prestado à tomada de decisão. Será também um ano de consolidação da sua projeção para o exterior, adotando novos suportes comunicacionais e aprofundando medidas de inovação e modernização, contribuindo para a transformação digital na Administração Pública.

O GPEARI conta, para o ano de 2020, com um mapa de pessoal de 72 lugares, ligeiramente abaixo ao do ano anterior (74), contudo apenas se encontravam preenchidos 62 lugares, no final do ano de 2019. Com efeito, o recrutamento e retenção de colaboradores, a par da sua constante capacitação e valorização, continuarão a ser alguns dos principais desafios que se colocam à Administração Pública, em geral, e ao GPEARI em particular.

No que respeita aos recursos financeiros, a dotação atribuída ao GPEARI para 2020 manteve-se equiparada aos últimos anos, fixando-se a diferença ao nível do orçamento de projetos afeto à candidatura SAMA2020 aprovada.

Assim, o Plano de Atividades e o QUAR para 2020 evidenciam as principais linhas de atuação do GPEARI, destacando-se as matérias nas quais a sua intervenção tem crescente relevância e cujo reconhecimento externo representa um estímulo suplementar para a sua execução.

1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

Com a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018 de 13 julho¹, o GPEARI viu redefinida a sua missão, as atribuições e o tipo de organização interna. Este novo enquadramento regulamentar veio reorganizar e clarificar um conjunto de atribuições, pretendendo contribuir para a criação das bases estruturais que garantam ao GPEARI a capacidade para prestar aconselhamento técnico de apoio à tomada de decisão na área de governação das Finanças, no âmbito das suas competências e com base na melhor e mais recente informação disponível.

O GPEARI é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, traduzindo-se a sua **missão, visão e valores** num compromisso, com a tutela, com os parceiros institucionais e *stakeholders*, com o cidadão e principalmente com a sua organização e colaboradores.

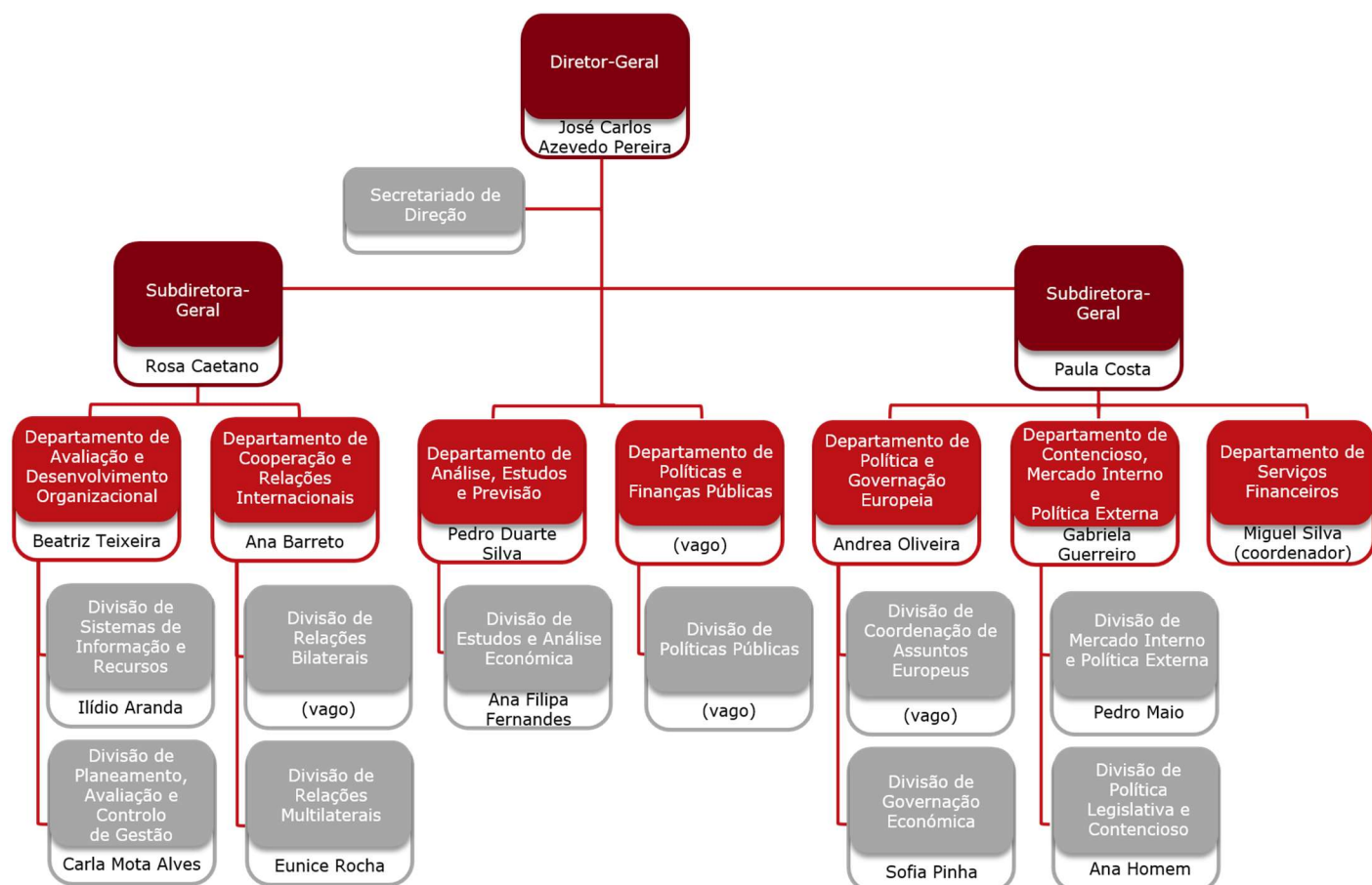
¹ Revogando o Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto e o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril. A Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto, veio definir a nova estrutura nuclear e as unidades orgânicas flexíveis constam do Despacho n.º 10003/2018, de 26 de outubro de 2018 e do Despacho n.º 5906/2019, de 27 de junho.

Figura 1 | Missão, visão e valores



A **estrutura interna** do GPEARI traduz a orgânica prevista no decreto-regulamentar, estando organizada em sete departamentos.

Figura 2 | Estrutura Orgânica do GPEARI



2. SERVIÇOS PRESTADOS, UTILIZADORES E INTERLOCUTORES

As **atribuições** definidas no número 2 do Artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, traduzem a diversidade e transversalidade do âmbito de atuação do GPEARI na área de governação das Finanças.

O GPEARI tem vindo ao longo dos últimos anos a alargar o âmbito da sua atuação, sendo a sua atividade determinada pelas dinâmicas do contexto económico do país e da União Europeia, o que se tem traduzido em crescentes exigências no que respeita às solicitações que lhe são dirigidas. Este crescimento de atribuições tem vindo a ser garantido num cenário de racionalização de recursos, destacando-se como principais os serviços prestados pelo GPEARI os abaixo descritos.

Figura 3 | Principais serviços prestados



Os serviços e áreas de atuação desenvolvidas pelo GPEARI traduzem-se num conjunto alargado de atividades e produtos, entre os quais destacamos os seguintes:

- Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas; e, em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo Trimestral Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais; o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do Ageing); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional.
- Coordenação do Conselho para a Produtividade, em modelo rotativo com o GEE do Ministério da Economia.
- Coordenação da edição e elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, as Grandes Opções do Plano e a Conta Geral do Estado.
- Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais.
- Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:
 - Boletim Mensal de Economia Portuguesa, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia;
 - Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;
 - Notas de Preços, Nota de Indicadores de Curto-Prazo, Nota de Empréstimos e Nota de Comércio Externo;
 - Dossiers de Finanças Públicas (Portugal e Comparações Internacionais);
 - Portugal Latest Key Development;
 - Newsletter da área internacional.
- Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e comunitárias, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais.
- Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF.
- Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP.
- Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.
- Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional.
- Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI.
- Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF.
- Acompanhamento e monitorização do Programa "Pagar a Tempo e Horas".
- Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério.

O GPEARI, enquanto serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, tem como principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Acresce que também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI.

A par deste conjunto de *stakeholders* destacam-se ainda utilizadores e interlocutores externos, onde se incluem outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO e organizações e instituições estrangeiras e internacionais, onde se incluem diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do sector privado.

Para além destes, e não só os que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e dos restantes processos regulares de supervisão a que Portugal está sujeito tal como os restantes estados-membros, existem ainda outros interlocutores do GPEARI, tais como: o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (incluindo a REPER em Bruxelas), o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global, bem como ordens profissionais e associações do setor financeiro.

Figura 4. Utilizadores e interlocutores do GPEARI



3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

O GPEARI para o ano de 2020 conta com um mapa de pessoal aprovado de 72 colaboradores, para concretizar as suas atribuições e orientações estratégicas.

Quadro 1 | Postos de trabalho previstos para 2020

Direção Superior e Intermédia	Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas	Técnico Superior	Técnico de Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional
19	40	5	4	3	1
72					

Em 31 de dezembro de 2019, o GPEARI contava com 62 colaboradores, menos 3 do que o registado em 2018 e 2017, sendo necessário reforçar a política de recrutamento por forma a conseguir manter os atuais níveis de recursos disponíveis, atendendo às saídas previstas e à elevada rotatividade que caracteriza os efetivos do GPEARI.

Em termos de recursos financeiros, a dotação atribuída ao GPEARI é de 3,4 milhões de euros para 2020, refletindo um aumento 33 mil euros face ao plafond de 2017, 2018 e 2019. O Orçamento encontra-se subdividido nas atividades de “Funcionamento” (cerca de 85%) e orçamento de “Cooperação” (cerca de 15%).

Importa destacar a redução de 0,2% de despesas com o pessoal e de 2,6% de aquisições de bens e serviços, decorrentes da necessidade de reforço em aquisições de bens de capital, mormente para suprir necessidades de conservação e reparação de edifícios e de renovação de equipamentos informáticos. Por memória, sublinha-se que o agrupamento D.07 havia sido reduzido de 72000 euros de 2018 para 4500 euros em 2019, devido à necessidade de incorporar despesas como o Princípio da Onerosidade e da inscrição da contrapartida nacional da candidatura ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa – SAMA2020.

Quadro 2 | Orçamento Inicial do GPEARI para 2019 e 2020

	Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
	2019	2020	Δ	2019	2020	Δ	2019	2020	Δ
TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO									
D.01 Despesas com o pessoal	2 325 572€	2 335 561€	0,4%	394 229€	378 566€	-4,0%	2 719 801€	2 714 127€	-0,2%
D.02 Aquisição de bens e serviços	504 817€	462 502€	-8,4%	122 000€	148 000€	21,3%	626 817€	610 502€	-2,6%
D.07 Aquisição de bens de capital	4 500€	60 000€	1233,3%	0€	0€	n.a.	4 500€	60 000€	1233,3%
Subtotal	2 834 889€	2 858 063€	0,8%	516 229€	526 566€	2,0%	3 351 118€	3 384 629€	1,0%
OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO (211-FEDER e 282-Outros)									
D.02 Aquisição de bens e serviços	63 825€	81 717€	28,0%	0€	0€	n.a.	63 825€	81 717€	28,0%
Subtotal	63 825€	81 717€	28,0%	0€	0€	n.a.	63 825€	81 717€	28,0%
TOTAL	2 834 889€	2 858 063€	0,8%	516 229€	526 566€	2,0%	3 351 118€	3 384 629€	1,0%

Legenda: n.a. - não aplicável

4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

No ano de 2020, o GPEARI continuará a dar resposta aos objetivos estratégicos definidos para o período 2019-2023, alinhados com a sua missão e com os principais vetores resultantes do contexto económico e financeiro do país.

OE
1

CONTEXTO NACIONAL

Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF

Potenciar a criação e o aperfeiçoamento das bases e do conhecimento para a formulação e definição de políticas, contribuindo para tomada de decisão sustentada e para a melhoria contínua das políticas implementadas, gerando valor acrescentado, valorizando o apoio técnico e projetando o GPEARI como um centro de excelência.

OE
2

CONTEXTO INTERNACIONAL

Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional

Reforçar a sua capacidade, conhecimento e sentido de análise para garantir a representação e defesa dos interesses envolvidos.

OE
3

CONTEXTO INTERNO - PESSOAS

Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos

Melhorar a capacitação, valorização, retenção e formação dos recursos, apostando em melhorias de eficiência e produtividade, fomentando a cultura organizacional, num contexto de exigente gestão de ativos.

Para a concretização dos objetivos estratégicos definidos, foram identificados 18 objetivos operacionais, que traduzem as principais áreas de atuação das unidades orgânicas e constituem o Plano de Atividades para 2020 do GPEARI.

No QUAR para 2020 encontram-se os objetivos operacionais (oito) cuja relevância e contributo para a concretização da estratégia mais se destacam, bem como os objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados. Importa ainda mencionar, neste enquadramento, o cumprimento das orientações plasmadas no artigo 25.º da Lei do Orçamento do Estado para 2020.

Os restantes objetivos operacionais, que contribuem igualmente para a prossecução dos objetivos estratégicos, são considerados “extra-QUAR”.

Assim, o alinhamento estratégico entre todos os objetivos operacionais que contribuem para a prossecução dos objetivos estratégicos é o seguinte:

OE1 • Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF

● Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF (QUAR O1.)	Melhorar os processos de definição e elaboração dos documentos de política económica e dos documentos técnicos de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela, outros organismos da Administração Pública, outras Entidades Nacionais e instituições comunitárias e internacionais
● Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas (QUAR O2.)	Fomentar o conhecimento e a análise em temas relevantes, participando ativamente no Conselho para a Produtividade, promovendo a realização de seminários e desenvolvendo estudos e <i>policy papers</i>.
● Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas (QUAR O3.)	Implementar o projeto de capacitação e melhoria das metodologias de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas.
● Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	Promover a publicação de informação relevante na área macrofinanceira e orçamental, melhorando os conteúdos e abrangência da informação.
● Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais (QUAR O4.)	Assegurar a defesa dos interesses nacionais e do MF criando conhecimento para o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas.
● Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido	Assegurar o acompanhamento técnico e a coordenação da posição do MF na análise às implicações decorrentes do Brexit
● Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia	Assegurar a coordenação da posição do MF no âmbito da definição e implementação do quadro financeiro plurianual (QFP).

• Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	Adotar políticas proativas de relacionamento com os principais <i>stakeholders</i> no sentido de promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica e criar conhecimento para o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas, garantindo as orientações estratégicas da Tutela.
• Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros	Garantir a coordenação, execução e monitorização dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial e dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica nas áreas de competências do Ministério das Finanças, mediante articulação com a Tutela, com outros organismos da Administração Pública, outras Entidades Nacionais e Instituições Comunitárias e Internacionais.
• Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)	Garantir a aplicação dos dispositivos legais previstos e integrar melhorias nos processos de monitorização das políticas.
• Melhorar a qualidade dos serviços prestados e dos suportes de comunicação (QUAR O8.)	Adotar políticas proativas de relacionamento com os principais <i>stakeholders</i> , promovendo a tempestividade da partilha de informação e antecipando qualitativamente as necessidades dos principais clientes.

OE2 • Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional

• Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais (QUAR O4.)	Assegurar nos fóruns europeus e internacionais a representação e preparação dos interesses nacionais e do MF, assegurando a transversalidade das temáticas desenvolvidas e as orientações estratégicas superiores.
• Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias (QUAR O5.)	Promover a divulgação de oportunidades de negócio/investimento, garantindo a utilidade e adequação das iniciativas às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais. Garantir a operacionalização do programa Compacto Lusófono.
• Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido	Assegurar a defesa da posição do MF no que respeita às implicações decorrentes do Brexit
• Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia	Assegurar a defesa da posição do MF no âmbito da definição e implementação do quadro financeiro plurianual (QFP).
• Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros	Promover a coordenação e execução dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial e dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica.
• Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais	Garantir a tempestividade e qualidade da informação técnica de reporte das missões.
• Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	Promover a cooperação e coordenação das instituições nacionais envolvidas no âmbito do acompanhamento das missões regulares, garantindo o reporte da informação acordada às instituições europeias e internacionais.
• Melhorar a qualidade dos serviços prestados e dos suportes de comunicação (QUAR O8.)	Garantir a capacitação interna para a promoção e representação dos interesses nacionais. Promover a imagem externa através da divulgação das principais atividades.

OE3 • Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos

● Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas (QUAR O3.)	Dotar os recursos humanos de novos conhecimentos, capacitando para a melhoria metodológica dos processo de avaliação em políticas públicas.
● Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos (QUAR O6.)	Implementar a melhoria de processos e a desmaterialização através do diagnóstico interno da arquitetura empresarial e impacto de diplomas legais. Dotar o GPEARI de instrumentos de gestão da informação, sistematizar a política de proteção de dados pessoais e os requisitos para arquivo digital.
● Promover um ambiente de trabalho positivo (QUAR O7.)	Aprofundar as medidas de promoção da conciliação da vida familiar e pessoal com a vida profissional, num contexto de reciprocidade e exigência, assim como de segurança e saúde no trabalho.
● Melhorar o ambiente de controlo interno	Desenvolver e melhorar os processos de elaboração e monitorização dos instrumentos de gestão e de controlo de gestão.
● Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	Adotar procedimentos inovadores, com vista à simplificação, desburocratização e melhorias de eficiência, procurando as soluções mais adequadas.
● Melhorar a qualidade dos serviços prestados e dos suportes de comunicação (QUAR O8.)	Promover a capacitação e valorização dos recursos humanos, fomentando a cultura organizacional, numa perspetiva de qualidade dos serviços e eficiência de recursos. Promover a imagem externa através da divulgação das principais atividades.

4.1. OBJETIVOS OPERACIONAIS - QUAR 2020

O QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização – constitui-se como um instrumento de ajuda à gestão, que traduz o referencial estratégico do organismo e permite analisar e avaliar o desempenho, com base nos objetivos operacionais em destaque em cada ano.

No QUAR do GPEARI para 2020 foram definidos oito objetivos operacionais, alinhados com as funções *core*, com a modernização, a melhoria de processos e a qualidade do serviço prestado, bem como com questões de suporte e valorização do capital humano, garantindo as orientações publicadas na Lei do Orçamento do Estado para 2020, designadamente, nos domínios da segurança e da saúde no trabalho, da promoção de uma cultura de conciliação da vida familiar, pessoal e profissional, da motivação e da avaliação pelos utilizadores externos (vide Anexo I – versão integral do QUAR).

Quadro 3 | QUAR 2020 – objetivos operacionais e indicadores

	META	VALOR CRÍTICO	PESO	UO
EFICÁCIA				40%
OO1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF				40%
IND1.1. Número de documentos de política económica elaborados	4-6	8	25%	DAEP; DPFP; DPGE; DCMIPE; DSF
IND1.2. Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	248-328	360	25%	TODAS
IND1.3. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	367-467	521	25%	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI
IND1.4. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	455-565	631	25%	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI
OO2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas				10%
IND2.1. Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	335-365	300	30%	DAEP; DPFP
IND2.2. Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	10-14	19	20%	DAEP; DPFP
IND2.3. Número de estudos económicos e <i>policy papers</i>	5-7	9	50%	DAEP; DPFP
OO3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas				10%
IND3.1. Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	40%-60%	75%	100%	DAEP; DPFP

	META	VALOR CRÍTICO	PESO	UO
004. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais			40%	
IND4.1. Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	320-420	492	60%	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPÉ; DCRI
IND4.2. Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	190-250	312	40%	TODAS
EFICIÊNCIA			40%	
005. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias			25%	
IND5.1. Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	8-12	15	35%	DCRI
IND5.2. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	70%-90%	100%	35%	DCRI
IND5.3. Prazo de conclusão das negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	335-365	300	30%	DCRI
006. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos			40%	
IND6.1. Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)	50%-70%	80%	100%	TODAS
007. Promover um ambiente de trabalho positivo			35%	
IND7.1. Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	3,7-3,9	5	70%	TODAS
IND7.2. Prazo de elaboração do relatório do diagnóstico de Segurança e Saúde no Trabalho	315-345	270	30%	DADO
QUALIDADE			20%	
008. Melhorar a qualidade dos serviços prestados e dos suportes de comunicação			100%	
IND8.1. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,20-4,50	5	35%	TODAS
IND8.2. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,05-4,25	5	35%	TODAS
IND8.3. Prazo de lançamento da Newsletter	300-360	270	30%	TODAS

4.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ATIVIDADES EXTRA-QUAR

Para além dos objetivos operacionais identificados no QUAR, foram ainda definidos os objetivos extra-QUAR e respetivos indicadores:

Quadro 4 | Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR

	META	UO
EQ1. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental		
EQ1.1 Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	302-322	DAEP; DPFP
EQ2. Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais		
EQ2.1 Número de reportes às instituições europeias e internacionais	85-115	DPGE
EQ3. Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais		
EQ3.1 Número de reuniões organizadas	65-85	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIFE
EQ3.2 Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	4-8	DPGE
EQ3.3 Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias e internacionais	55-75	DPGE
EQ4. Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido		
EQ4.1 Nº de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU	7-9	DPGE; DCMIFE; DSF
EQ5. Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia		
EQ5.1 Nº de resposta a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual	18-22	DPGE
EQ6. Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica		
EQ6.1 Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	11-15	DCRI

	META	UO
EQ7. Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros		
EQ7.1 Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	3-5	DCRI
EQ7.1 Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE	7-9	DCRI
EQ7.1 Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	50%-70%	DCRI
EQ8. Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)		
EQ8.1 % de cumprimento dos prazos fixados no âmbito do SIADAP1	80%-90%	DADO
EQ8.2 Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	4-6	DADO
EQ8.3 Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos	2-4	DADO
EQ9. Melhorar o ambiente de controlo interno		
EQ9.1 % de instrumentos de controlo de gestão (20) atualizados e/ou elaborado (acumulado)	90%-100%	DADO
EQ10. Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC		
EQ10.1 Grau de satisfação dos utilizadores internos	3,65-4,05	DADO

No anexo II estão descritos os objetivos, indicadores e respetivas atividades.

5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Assumindo o carácter estratégico das medidas de modernização administrativa na construção de serviços mais ágeis, inovadores e capazes de responder aos desafios do futuro, o GPEARI tem vindo a trabalhar na identificação de alterações que visem a desburocratização, qualidade e inovação, a par de poupanças associadas a tais medidas².

A modernização administrativa tem vindo a ser um dos pilares considerados prioritários, sedimentada na implementação de reformas relevantes de modernização do Estado, que valorizam as suas funções e reforçam a capacidade de resposta aos desafios da economia e da sociedade.

Assim, não obstante as exigentes circunstâncias, o GPEARI tem vindo a implementar algumas medidas que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a introdução de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, potenciando a práticas inovadoras de gestão e de organização do trabalho.

Neste domínio, em 2020, irá dar-se especial enfoque ao projeto “SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades” - já iniciado em 2019 – que beneficia de financiamento do sistema de apoio à transformação digital da administração pública (SAMA2020) – e que se prevê que produza um forte impacto na gestão da atividade, trazendo melhorias significativas, mas constituindo simultaneamente um desafio à organização. O referido projeto assenta em 3 pilares:

- Renovação do Portal do GPEARI;
- Reengenharia e desmaterialização na Gestão de Processos;
- Criação do Balcão Único, um projeto piloto para facilitar a o acesso das empresas nacionais que se queiram internacionalizar às oportunidades de negócio e financiamento das IFI.

O projeto apoiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia, aprovado em 2019, permitirá uma série de melhorias organizacionais decorrentes do desenvolvimento do apoio técnico especializado de entidades externas para capacitação interna em termos de avaliação de políticas públicas e melhoria do processo de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais.

² De acordo com o artigo 40º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio - obrigação de integração nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver.

Prevê-se, ainda, o aprofundamento e a consolidação dos trabalhos na área do controlo de gestão, de modo a melhor definir e solidificar as políticas internas de gestão do risco, sustentando a melhor tomada de decisão na gestão diária do GPEARI. A melhoria nas atividades de controlo, avaliação, monitorização, informação e comunicação trará ganhos de eficácia e de eficiência ao desempenho do GPEARI, enquadrando-se nas mais recentes orientações de racionalização e controlo da despesa, maior simplificação e modernização administrativa, desmaterialização de processos, sem nunca descuidar a legalidade e qualidade dos processos.

No âmbito da implementação do SNC-AP e de modo a responder adequadamente às normas técnicas específicas vêm sendo implementadas novas ferramentas de gestão do economato e controlo dos ativos fixos, contribuindo para a melhoria da prestação de contas.

A Resolução de Conselho de Ministros nº 51/2017, de 19 de abril, veio enquadrar a adoção de medidas que contribuam para a racionalização e controlo da despesa, num quadro de maior simplificação e modernização administrativa, de desmaterialização de processos e da promoção da redução do consumo de papel e demais consumíveis e meios relacionados com a impressão. Neste contexto, na continuação dos esforços que o GPEARI tem desenvolvido nos últimos anos, manter-se-á o projeto GPEARI.*Green*, que tem como objetivo a promoção de um consumo de papel consciente, eficiente e ambientalmente responsável, mediante procedimentos especificamente adaptados à realidade do GPEARI.

6. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

A capacitação e formação do corpo de trabalho do GPEARI é um alicerce fundamental para a melhoria contínua dos serviços prestados, apostando na agilidade, inovação e capacidade de reação perante qualquer desafio que surja no quotidiano.

Decorrente de circunstâncias associadas ao processo de contratação no âmbito do projeto de capacitação e desenvolvimento de avaliação de políticas públicas, a formação prevista para 2019 foi adiada para este ano. Assim, estão previstas para 2020 as seguintes ações de formação:

- Avaliação de impacto ex-post de reformas estruturais através do modelo macroeconómico QUEST III;
- Análise econométrica com recurso ao programa de estatística STATA;
- Enquadramento teórico e metodologias no âmbito da avaliação de políticas públicas;
- Modelização das determinantes do investimento privado.

Estas formações deverão abranger não só um conjunto alargado de colaboradores afetos às áreas específicas, mas também alguns colaboradores de outras áreas conexas, atendendo a sua transversalidade e interesse.

No âmbito do projeto “SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades”, está prevista formação nas diferentes aplicações que compõem o sistema, de modo a que este seja operado de forma eficaz e eficiente, reforçando também as competências do GPEARI no que se refere ao uso das tecnologias em benefício dos objetivos estratégicos de modernização administrativa.

Está ainda planeada a frequência de ações de formação, designadamente, proporcionadas pelo INA, quer em competências de liderança, apostando na participação de seminários e workshops de capacitação para a gestão e liderança, quer em diversos *webinars*, metodologia privilegiada não só em resposta às atuais circunstâncias de confinamento e diminuição de contactos presenciais, mas também para proporcionar sobre os mais variados temas ações compactas e de fácil acesso.

Adicionalmente, no contexto de uma estratégia de formação assente na utilização eficiente de recursos, a aposta vai manter-se na promoção da participação dos colaboradores em seminários internos, permitindo não só uma maior divulgação do conhecimento gerado pelo próprio GPEARI como o cruzamento de informação relevante a dossiers interessantes para diferentes departamentos.

ANEXO I • QUAR 2020

QUAR												2020
Quadro de Avaliação e Responsabilização												
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS												
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais												
MISSÃO: Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.												
Objetivos Estratégicos												
OE 1. Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF												
OE 2. Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional												
OE 3. Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos												
Objetivos Operacionais												
EFICÁCIA										Ponderação:		40%
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF										Peso:		40%
INDICADORES			2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND1.1.	Número de documentos de politica económica elaborados		4	4	8	5	1	8	25%		n.d.	
IND1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela		193	224	299	288	40	360	25%		n.d.	
IND1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais		346	414	429	417	50	521	25%		n.d.	
IND1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais		431	487	533	505	60	631	25%		n.d.	
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas										Peso:		10%
INDICADORES			2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)		-	-	84	350	15	300	30%		n.d.	
IND2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades		14	15	19	12	2	19	20%		n.d.	
IND2.3.	Número de estudos económicos e policy papers		5	9	8	6	1	9	50%		n.d.	
O3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas										Peso:		10%
INDICADORES			2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas publicas"		-	-	-	50%	10%	75%	100%		n.d.	
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais										Peso:		40%
INDICADORES			2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais		396	439	492	370	50	492	60%		n.d.	
IND4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais		261	275	312	220	30	312	40%		n.d.	
EFICIÊNCIA										Ponderação:		40%
O5. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias										Peso:		25%
INDICADORES			2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND5.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento		10	13	15	10	2	15	35%		n.d.	
IND5.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)		79%	84%	87%	80%	10%	100%	35%		n.d.	
IND5.3.	Prazo de conclusão das negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono		-	-	-	350	15	300	30%		n.d.	
O6. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos										Peso:		40%
INDICADORES			2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND6.1.	Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)		-	-	0	60%	10%	80%	100%		n.d.	
O7. Promover um ambiente de trabalho positivo										Peso:		35%
INDICADORES			2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND7.1.	Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal		3,5	3,79	3,75	3,80	0,10	5	70%		n.d.	
IND7.2.	Prazo elaboração do relatório do diagnóstico de Segurança e Saúde no Trabalho		-	-	-	330	15	270	30%		n.d.	
QUALIDADE										Ponderação:		20%
O8. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI										Peso:		100%
INDICADORES			2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND8.1.	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)		4,51	4,36	4,33	4,35	0,15	5	35%		n.d.	
IND8.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)		4,08	4,16	4,18	4,15	0,10	5	35%		n.d.	
IND8.3.	Prazo de lançamento da newsletter		-	-	-	330	30	270	30%		n.d.	

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos					Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação
EFICÁCIA	40%					
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	40%				16,0%	R
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	10%				4,0%	
O3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	10%				4,0%	
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	40%				16,0%	
EFICIÊNCIA	40%					
O5. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	25%				10,0%	
O6. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos	40%				16,0%	R*
O7. Promover um ambiente de trabalho positivo	35%				14,0%	R*
QUALIDADE	20%					
O8. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI	100%				20,0%	R*
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%				66,0%	4/8

Indicadores		Fonte de Verificação	UO Responsável	* cumprimento artigo 25.º LOE2020 Justificação do Valor Crítico
IND1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração do Programa de Estabilidade, Conta Geral do Estado; Programa Nacional de Reformas; Balanço da participação de Portugal na UE;	DAEP; DPFP; DPGE;DCMIPE;DSF	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos de análise técnica e de apoio à decisão política.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a organismos da AP e outras entidades nacionais	DPGE; DAEP; DPFP; DCMIPE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a instituições comunitárias e internacionais	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	Data de apresentação pública do Relatório, em parceria com o GEE	DAEP; DPFP	Prazo de antecipação considerado excelente
IND2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Seminários e workshops organizados pelo GPEARI ou em parceria	DAEP; DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DAEP; DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: registos de acompanhamento do Program PARE	DAEP; DPFP	Realizar mais um módulo do que o previsto
IND4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns europeus e internacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	DAEP; DPFP; DPGE; DSF; DCMIPE; DCRI;	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns nacionais,através da preparação e/ou participação em reuniões.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Engloba as iniciativas propostas pelo GPEARI que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional.	DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Apurado através do resultado da aplicação de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa das entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEARI e pela aicep Portugal Global.	DCRI	Grau máximo de utilidade
IND5.3.	Prazo de conclusão das negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	Concluir as negociações que permitem a assinatura da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	DCRI	Antecipação da data
IND6.1.	Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)	Execução semestral SAMA 2020	TODAS	De acordo com o calendário de execução previsto para o projeto
IND7.1.	Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos colaboradores	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND7.2.	Prazo elaboração do relatório do diagnóstico de Segurança e Saúde no Trabalho	Aplicação do questionário de diagnóstico de Segurança e Saúde no trabalho	DADO	Grau máximo de satisfação
IND8.1.	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND8.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARI.	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND8.3.	Prazo de lançamento da newsletter	Lançamento do número 1 da newsletter do GPEARI	TODAS	O lançamento durante o terceiro trimestre seria um prazo muito exigente.

Recursos Humanos											
Designação	Pontuação	Planeados		Realizados						Desvio	Taxa de Execução
				30/jun		30/set		31/dez			
		Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Dirigentes - Direcção superior	20	3	60		0		0		0		
Dirigentes - Direcção intermédia	16	16	256		0		0		0		
Técnico Sup. Especialista de Orç. e Finanças*	12	45	540		0		0		0		
Coordenador Técnico	9	1	9		0		0		0		
Técnico de Informática	9	3	27		0		0		0		
Assistente Técnico	8	3	24		0		0		0		
Assistente Operacional	5	1	5		0		0		0		
Total		72	921	0	0	0	0	0	0		
* inclui técnicos superiores											
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	Realizado 31-12-2015	Realizado 31-12-2016	Realizado 31-12-2017	Realizado 31-12-2018	Previsto 31-12-2019	Realizado 31-12-2019	Previsto 31-12-2020	Realizado 30-06-2019	Realizado 30-09-2019	Realizado 31-12-2020	
	55	54	65	65	74	62	72				

Recursos Financeiros									
Designação	Inicial		Corrigido		Execução			Saldo	Taxa de Execução
					30-06-2019	30-09-2019	31-12-2019		
Orçamento de funcionamento	€	3 340 416,00	€	3 340 416,00	€	-	€	-	
Despesas com Pessoal	€	2 714 127,00	€	2 714 127,00					
Aquisição de Bens e Serviços	€	566 289,00	€	566 289,00					
Outras despesas correntes	€	-							
Aquisição de bens de capital	€	60 000,00	€	60 000,00	€	-			
Orçamento de investimento	€	125 930,00	€	125 930,00	€	-	€	-	
TOTAL	€	3 466 346,00	€	3 466 346,00	€	-	€	-	

ANEXO II • OBJETIVOS QUAR E EXTRA-QUAR 2020

QUAR			
Objetivo	Q1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	
Indicador	1.1	Número de documentos de política económica elaborados	
UO Responsável	DAEP; DPFP; DPGE;DCMIPE;DSF	META	4-6
Atividades	UO Responsável	UO participantes	
PE 2020	DAEP; DPFP		
OE 2021	DAEP; DPFP		
CGE 2019	DAEP; DPFP		
Programa Nacional de Reformas	DAEP; DPFP		
Draft Budgetary Plan 2021	DAEP; DPFP		
Balanço da participação de Portugal na UE	DPGE	DCMIPE;DSF	

Indicador	1.2	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	
UO Responsável	TODAS	META	248-328
Atividades	UO Responsável	UO participantes	
Análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas	DAEP		
Análise e a elaboração de projeções das principais variáveis orçamentais e da dívida pública	DPFP		
Acompanhamento e projeção das regras europeias orçamentais e da dívida pública	DPFP		
Acompanhamento da implementação da nova LEO e do SNC-AP	DPFP		
Acompanhamento das políticas de ação climática	DAEP		
Elaboração de policy papers sobre várias temáticas, direcionados para os decisores políticos do ministério	DAEP; DPFP		
Custa Quanto	DAEP		
Outras solicitações	DAEP; DPFP		
Relatórios de monitorização dos Prazos Médios de Pagamento (4º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2020)	DADO		
Análise de projetos e propostas ao Conselho de Administração BEI	DCRI		
Recomendações à tutela após Conselho de Administração BEI	DCRI		
Análise de propostas aos Conselhos de Governadores das IFI	DCRI		
Análise de projetos e propostas ao Conselho de Administração CEB	DCRI		
Análise de projetos e propostas ao Joint Meeting CEB	DCRI		
Notas no quadro UE (inclui notas sobre políticas UE/BEI para ECOFIN / CEF / SCIMF)	DCRI		
Notas técnicas para reuniões de alto nível bilaterais (Cimeiras e GT, por ex)	DCRI		
Respostas a pedidos diversos da tutela	DCRI		
Auxílios de Estado	DCMIPE		
Processos de negociação e elaboração de documentos estratégicos no quadro do mercado interno	DCMIPE		
Anteprojetos legislativos e outras solicitações de natureza não legislativa	DCMIPE		
Ponto de situação (mensais e anual) da transposição ou aplicação na ordem jurídica interna da legislação comunitária	DCMIPE		
Matérias de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da EU - Emissão de pareceres, elaboração de documentos técnicos, divulgação de projetos e organização de visitas de estudo e seminários	DCMIPE		
Medidas restritivas	DCMIPE		
Branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo e da proliferação	DCMIPE		
Respostas a pedidos da tutela	DPGE		
Parecer técnico anteprojeto legislativo	DSF		
Preparação de reunião	DSF		
Outros pareceres técnicos	DSF		

Indicador	1.3	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais		
UO Responsável	DPGE; DAEP; DPFP; DCMIPE, DCRI		META	367-467
Atividades	UO Responsável		UO participantes	
Agregados Macroeconómicos e Conjuntura	DAEP			
Finanças Públicas	DPFP			
Respostas a pedidos de contributos da DGAE - MNE	DPGE			
Contributo para o BMEP	DPGE			
Respostas a pedidos de contributos de organismos da AP portuguesa, bem como a solicitações de organismos da AP de outros países	DCRI			
Processos de negociação e elaboração de documentos estratégicos no quadro do mercado interno	DCMIPE			
Anteprojetos legislativos e outras solicitações de natureza não legislativa	DCMIPE			
Matéria de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da EU - Emissão de pareceres, elaboração de documentos técnicos, divulgação de projetos e organização de visitas de estudo e seminários	DCMIPE			
Medidas restritivas	DCMIPE			
Branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo e da proliferação	DCMIPE			

Indicador	1.4	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais		
UO Responsável	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI		META	445-565
Atividades	UO Responsável		UO participantes	
Resposta a procedimentos escritos da responsabilidade dos secretariados dos Comités do Conselho	DPGE			
Respostas a pedidos de contributos da DGAE - MNE	DPGE			
Resposta a questionários e outras consultas	DSF			
Fiscal database	DPFP			
Finanças Públicas	DPFP			
Votos no âmbito Conselho de Governadores e Conselhos de Administração das IFI	DCRI			
Questionários APD	DCRI			
Resposta a pedidos no âmbito das IFI (inclui comentários a documentos sobre políticas e estratégias das instituições; estratégias e projetos para países beneficiários; posicionamento nacional sobre a adesão de novos membros, entre outros)	DCRI			
Resposta a pedidos relacionados com auxílios de Estado	DCMIPE			
Processos de pré-contencioso e contencioso	DCMIPE			
Matéria de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da EU - Emissão de pareceres, elaboração de documentos técnicos, divulgação de projetos e organização de visitas de estudo e seminários	DCMIPE			

QUAR			
Objetivo	Q2	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	

Indicador	2.1	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal		
UO Responsável	DAEP; DPFP		META	335-365
Atividades	UO Responsável		UO participantes	
Relatório sobre a Produtividade em Portugal	DAEP		DPFP	

Indicador	2.2	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades		
UO Responsável	DAEP; DPFP		META	10-14
Atividades	UO Responsável		UO participantes	
Seminário GPEARI/GEE	DAEP; DPFP			
Outros seminários	DAEP; DPFP			

Indicador	2.3	Número de estudos económicos e policy papers		
UO Responsável	DAEP; DPFP		META	5-7
Atividades	UO Responsável		UO participantes	
Artigos referentes aos temas de análise económica, finanças públicas e avaliação de políticas	DAEP; DPFP			

QUAR			
Objetivo	Q3	Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	
Indicador	3.1	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	
UO Responsável	DAEP; DPFP		META
			40%-60%
Atividades			UO Responsável
			UO participantes
Implementação do plano de projeto		DAEP; DPFP	

QUAR			
Objetivo	Q4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	
Indicador	4.1	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	
UO Responsável	DAEP; DPFP; DPGE; DSF; DCMIPE; DCRI;		META
			320-420
Atividades			UO Responsável
			UO participantes
ECOFIN		DPGE	DCMIPE, DSF
Eurogrupo		DPGE	
Eurogrupo inclusivo		DPGE	
Briefing às Embaixadas		DPGE	DCMIPE
Comité de Política Económica		DPGE	DCMIPE
Comité Económico e Financeiro		DPGE	DCMIPE
Eurogroup Working Group		DPGE	
Eurogroup Working Group in inclusive format		DPGE	
Comité Económico e Financeiro Alternates		DPGE	DCMIPE
Eurogroup Working Group Alternates		DPGE	
Task Force on Coordinated Action		DPGE	
Conselho Europeu		DPGE	DCMIPE
Cimeira do Euro		DPGE	
Sub-Comité sobre Assuntos do Fundo Monetário Internacional		DPGE	
Mecanismo Europeu de Estabilidade - Conselho de Governadores		DPGE	
Mecanismo Europeu de Estabilidade - Conselho de Administradores		DPGE	
Mecanismo Europeu de Estabilidade - Reuniões ao nível técnico		DPGE	
Fundo Europeu de Estabilização Financeira - Conselho de Acionistas		DPGE	
Fundo Europeu de Estabilização Financeira - Conselho de Administradores		DPGE	
Negociações Conselho da UE [grupo serviços financeiros e outros]		DSF	
Grupos de peritos da Comissão Europeia [EGBPI e outros]		DSF	
Comité Serviços Financeiros		DSF	DCMIPE
TFCA e HLWP		DSF	
Comité de Mercados Financeiros (OCDE), incl grupos preparatorios		DSF	
Lime Working Group		DAEP	
Output Gap Working Group		DAEP	
Previsões Económicas - EC		DAEP; DPFP	
OCDE - GT Nº1		DAEP; DPFP	
OCDE - Previsões Curto Prazo		DAEP	
AWG		DPFP	
Ação Climática		DAEP	
Banco Mundial (Spring Meeting; Reunião Anual do Conselho de Governadores da Associação Internacional para o Desenvolvimento)		DCRI	
Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores)		DCRI	
Banco Europeu de Investimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Conselho de Administração; Comité da Facilidade de Investimento)		DCRI	
Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (Joint Meeting; Conselho de Administração)		DCRI	
Banco Africano de Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Teleconferências; Steering e Standing Committee Compacto Lusófono)		DCRI	

Banco Asiático de Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Teleconferências; Reconstituição Fundo Asiático de Desenvolvimento)	DCRI	
Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Conselho de Administração; Grupo de Voto)	DCRI	
Banco Interamericano de Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Reunião Anual dos Acionistas Não Regionais; Grupo de Voto)	DCRI	
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) (Reunião Anual do Conselho de Governadores)	DCRI	
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Reunião Anual do Conselho de Governadores)	DCRI	
Fundo Comum dos Produtos de Base (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Conselho de Administração)	DCRI	
Reuniões de âmbito bilateral (função da agenda governamental em matéria de política externa)	DCRI	
OCDE - Advisory Task Force on the Codes (ATFC)	DCMIPE	
FATF Plenary and Working Group Meetings	DCMIPE	
Project Group Meeting on Proliferation Financing	DCMIPE	
EGMLTF	DCMIPE	
RELEX - Sanctions Committee	DCMIPE	
EG Late Payment Directive	DCMIPE	
Outras reuniões internacionais (State Aid, TJUE, OMC, TJUE, Diálogo 5+5, etc.)	DCMIPE	

Indicador	4.2	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	
UO Responsável		Todas	META
			190-250
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus - Reuniões ao nível técnico		DPGE	
Quadro Financeiro Plurianual - Reuniões de coordenação MNE		DPGE	
Brexit - Reuniões dos Pontos Focais		DPGE	
Presidência Portuguesa da União Europeia no 1º semestre de 2021 - Reuniões de preparação		DPGE	
Reuniões de coordenação com o IGCP		DPGE/DSF	
Forum para os Sistemas de Pagamentos (Plenário)		DSF	
Forum para os Sistemas de Pagamentos - grupos preparatórios		DSF	
Portugal In GT fintech		DSF	
Grupo Técnico de Reflexão para o Financiamento Sustentável		DSF	
Outros		DSF	
Reuniões Conselho Consultivo		DADO	
Reuniões Secção Interministerial		DADO	
Comissão de Acompanhamento ENIND		DADO	
Comissão Técnica de Acompanhamento ENIND		DADO	
Comissão Técnica de Acompanhamento TSH		DADO	
Estratégia TIC (PS-TIC)		DADO	
Assembleia-Geral da Cruz Vermelha		DADO	
Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços - GT		DADO	
Conselho Superior de Estatística		DAEP; DPFP	
Conselho Económico e Social		DAEP; DPFP	
Conselho para a Produtividade		DAEP; DPFP	
GT C.S. Saúde		DPFP	
Reuniões GTAP		DPFP	
Conselho de Coordenação Financeira		DPFP	
Conselho das Finanças Públicas		DPFP	
Acção Climática		DAEP	
Comissão Interministerial de Política Externa		DCMIPE; DCRI	
Comissão Interministerial de Cooperação		DCRI	

Grupo Financiamento do Conselho Estratégico da Internacionalização da Economia	DCRI	
Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras	DCRI	
Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras	DCRI	
Reuniões interministeriais (assuntos de índole bilateral, função da agenda governamental em matéria de política externa)	DCRI	
Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH)	DCMIPE	
Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Comissão BC/FT)	DCMIPE	
Reuniões de Coordenação Interministerial MNE	DCMIPE	
Outras reuniões nacionais	DCMIPE	

QUAR			
Objetivo	Q5	Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	
Indicador	5.1	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	
UO Responsável	DCRI	META	8-12
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Seminários sobre as Oportunidades do mercado das Nações Unidas + Reuniões Bilaterais Tema: <i>Procurement</i> Setor: Multisetorial		DCRI	
Apresentação IFC Angola Country Private Sector Diagnostic (CPSD)		DCRI	
Apresentação BERD sobre instrumentos financeiros + reuniões bilaterais (sindicção e financiamento) Tema: Investimento Setor: Financeiro/Banca		DCRI	
Ação conjunta sobre Instrumentos de Financiamento BERD, IFC, MIGA e SOFID + reuniões bilaterais Tema: Investimento Setor: Multisetorial		DCRI	
Webinar BID sobre oportunidades de negócio na América Latina e Caraíbas e sessão prática Tema: <i>Procurement</i> Setor: Multisetorial		DCRI	
Ação de capacitação sobre Procurement de multilaterais - identificação e pesquisa das oportunidades Tema: <i>Procurement</i> Setor: TIC		DCRI	
Ação de capacitação sobre Oportunidades de negócio nos mercados asiáticos – BasD Tema: <i>Procurement</i> – Países Asiáticos Setor: Multisetorial		DCRI	
Missão empresarial ao BERD e Programa Bilateral		DCRI	
XMAS Get Together, 7.ª edição Encontro informal entre o staff português a trabalhar nas multilaterais e entidades portuguesas com interesse nas mesmas, promovendo o intercâmbio e partilha de experiências[i]		DCRI	
Ação de capacitação sobre Procurement de multilaterais, com enfoque nos Países da América Latina e nos Países Asiáticos Tema: <i>Procurement</i> , com enfoque em países Setor: Multisetorial		DCRI	
Sessões de divulgação do Compacto Lusófono Apresentação do Compacto Lusófono a entidades institucionais e ao setor privado		DCRI	
Indicador	5.2	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	
UO Responsável	DCRI	META	70%-90%
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Indicador	5.3	Prazo de conclusão das negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	
UO Responsável	DCRI	META	335-365
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Contribuir para as negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono até dezembro de 2020 (335-365)		DCRI	

QUAR				
Objetivo	Q6	Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos		
Indicador	6.1	Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)		
UO Responsável	Todas	META	50%-70%	
Atividades		UO Responsável	UO participantes	
1	0	Gestão de Projeto	DADO	TODAS
1	1	Diagnóstico interno: arquitetura empresarial e impacto de diplomas legais	DADO	TODAS
	2	Diagnóstico externo: necessidades das empresas	DCRI	DADO
1	3	Conceção interna: instrumentos de gestão da informação, melhoria de processos, política de proteção de dados pessoais e requisitos para arquivo digital	DADO	TODAS
	4	Conceção externa: especificação de serviços para empresas	DCRI	DADO
1	5	Implementação interna: desmaterialização de processos e arquivo digital I	DADO	TODAS
1	6	Implementação interna: desmaterialização de processos e arquivo digital II	DADO	TODAS
	7	Implementação externa: implementação piloto de serviços para empresas	DCRI	DADO
1	8	Implementação externa: reformulação do web site	DADO	TODAS
	9	Divulgação externa: produção e impressão de materiais de promoção e divulgação	DADO	TODAS
60%				

QUAR				
Objetivo	Q7	Promover um ambiente de trabalho positivo		
Indicador	7.1	Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal		
UO Responsável	TODAS	META	3,7-3,9	
Atividades		UO Responsável	UO participantes	
		Relatório Anual de Satisfação Colaboradores	DADO	
		Artigo 25.º da LOE 2020		
Indicador	7.2	Prazo elaboração do relatório do diagnóstico de Segurança e Saúde no Trabalho		
UO Responsável	DADO	META	315-345	
Atividades		UO Responsável	UO participantes	
		Aplicação do questionário de diagnóstico de Segurança e Saúde no trabalho	DADO	

QUAR				
Objetivo	Q8	Melhorar a qualidade dos serviços prestados e dos suportes de comunicação		
Indicador	8.1	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)		
UO Responsável	Todas	META	4,2-4,5	
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Relatório Anual de Satisfação dos Gabinetes Ministeriais do MF		DADO	TODAS	
Indicador	8.2	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)		
UO Responsável	Todas	META	4,05-4,25	
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Relatório Anual de Satisfação Utilizadores		DADO	TODAS	
Indicador	8.3	Prazo de lançamento da newsletter		
UO Responsável	Todas	META	300-360	
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Lançamento da newsletter no GPEARI		DADO	TODAS	

EXTRA QUAR				
Objetivo	EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental		
Indicador	EQ1.1	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI		
UO Responsável	DAEP; DPFP; DCRI	META	302-322	
Atividades		UO Responsável	UO participantes	
Boletim Mensal da Economia Portuguesa (parceria)		DAEP; DPFP		
Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura		DAEP		
Dossier de Indicadores de Conjuntura		DAEP; DPFP		
Notas - Situação Económica Internacional		DAEP; DPFP		
Nota Económica de Curto Prazo		DAEP; DPFP		
Portugal Latest Key Development		DAEP; DPFP		
Dossiers Finanças Públicas (PT e CI)		DPFP		
Nota da Dívida		DPFP		
Pager anual sobre o retorno para Portugal da participação nas Instituições Financeiras Internacionais		DCRI		

EXTRA QUAR				
Objetivo	EQ2	Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais		
Indicador	EQ2.1	Número de reportes às instituições europeias e internacionais		
UO Responsável	DPGE	META	85-115	
Atividades		UO Responsável	UO participantes	
Data Provision		DPGE		
Week Developments		DPGE		
Outros reportes		DPGE		

EXTRA QUAR				
Objetivo	EQ3	Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais		
Indicador	EQ3.1	Número de reuniões organizadas		
UO Responsável	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE		META	65-85
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Reuniões de Preparação			DPGE	DCMIPE, DSF
Reuniões com Instituições			DPGE	DCMIPE, DSF
Reuniões Macro			DAEP	
Reuniões Fiscal			DPFP	
Indicador	EQ3.2	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões (contado a partir do último dia de cada missão semestral - em dias)		
UO Responsável	DPGE		META	6-10
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Relatório da 11ª Missão PPS 11-13 de fevereiro 2020			DPGE	
...			DPGE	
Indicador	EQ3.3	Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias e internacionais		
UO Responsável	DPGE		META	55-75
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias			DPGE	
EXTRA QUAR				
Objetivo	EQ4	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido		
Indicador	EQ4.1	Nº de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU		
UO Responsável	DPGE		META	7-9
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Pedidos de posição do Ministério das Finanças em preparação das reuniões do Conselho, Art.º 50 e Pontos Focais			DGPGE	DCMIPE, DSF
EXTRA QUAR				
Objetivo	EQ5	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia		
Indicador	EQ5.1	Nº de respostas a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual		
UO Responsável	DPGE		META	18-22
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Pedidos de posição do Ministério das Finanças em preparação das reuniões do Conselho Ad-hoc QFP				
Pedidos de posição do Ministério das Finanças relativamente às propostas para instrumentos setoriais no contexto do QFP				
Pedidos de posição do Ministério das Finanças em preparação das reuniões do Grupo de Trabalho sobre os Recursos Próprios				

EXTRA QUAR				
Objetivo	EQ6	Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica		
Indicador	EQ6.1	Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica		
UO Responsável	DCRI		META	11-15
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Acordos de princípio BEI e CEB			DCRI	
Propostas no âmbito Trust Funds IFI			DCRI	
Propostas no âmbito da atividade regular das IFI			DCRI	
EXTRA QUAR				
Objetivo	EQ7	Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros		
Indicador	EQ7.1	Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial		
UO Responsável	DCRI		META	3-5
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Relatórios Unidade de Acompanhamento Macroeconómico de Cabo Verde (1 no 1.º semestre; 1 no 2.º semestre)				
Relatórios Unidade de Acompanhamento Macroeconómico de São Tomé e Príncipe (1 no 1.º semestre; 1 no 2.º semestre)				
Indicador	EQ7.2	Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE		
UO Responsável	DCRI		META	7-9
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Relatório Anual aos Governos sobre implementação do Acordo de Cooperação Cambial com CV				
Relatório Anual aos Governos sobre implementação do Acordo de Cooperação Económica com STP				
Regulamento interno COMACC (doc. apresentado e aprovado em sede de reunião COMACC)				
Regulamento interno UAM-CV (doc. apresentado e aprovado em sede de reunião COMACC)				
Atas das reuniões da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial com CV (1 semestre)				
Atas das reuniões da Comissão do Acordo de Cooperação Económica com STP (1 semestre)				
Indicador	EQ7.3	Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica		
UO Responsável	DCRI		META	50%-70%
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Taxa de execução das medidas previstas para 2020			DCRI	
EXTRA QUAR				
Objetivo	EQ8	Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)		
Indicador	EQ8.1	% de cumprimento dos prazos fixados no âmbito do SIADAP1		
UO Responsável	DADO		META	85%
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Validação QUAR e PA - 2020/2021			DADO	
Monitorização QUAR - 1sem+3trim			DADO	
Pareceres de Análise Crítica - 2019			DADO	
Análise Comparada - 2019			DADO	
Acompanhar os trabalhos do Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços			DADO	

Indicador	EQ8.2	Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas		
UO Responsável	DADO	META	5	
Atividades		UO Responsável	UO participantes	
Publicações regulares - 30/04 e 30/09		DADO		
Informação intercalar para Comissão Europeia		DADO		DCMIPE

Indicador	EQ8.3	Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos		
UO Responsável	DADO	META	3	
Atividades		UO Responsável	UO participantes	
Monitorização da execução da ENIND		DADO		
Planeamento da execução do IV PAPCTSH		DADO		
Informação para Comissão Nacional do Direitos Humanos		DADO		DCMIPE

EXTRA QUAR

Objetivo	EQ9	Melhorar o ambiente de controlo interno		
----------	-----	---	--	--

Indicador	EQ9.1	% de instrumentos de controlo de gestão (20) atualizados e/ou elaborado (acumulado)		
UO Responsável	DADO	META	95%	
Atividades		UO Responsável	UO participantes	
Manual de Controlo Interno		DADO		
Aplicação de Gestão de Economato		DADO		
Aplicação de Gestão de Inventário		DADO		
Reporte Cópia e Impressão		DADO		
Reporte de Deslocações e Estadas		DADO		
Dashboard Execução Orçamental		DADO		
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas atualizado		DADO		TODAS
Código de Conduta		DADO		
Ficheiro RH Efetivos atualizado		DADO		
Controlo de Contratos - Faturação		DADO		
Controlo de Pagamentos e Ajudas de Custo		DADO		
Balanço Social		DADO		
Reporte SIOE		DADO		
Relatório Formação INA		DADO		
Controlo e Monitorização do Processo de Descongelamento de Carreiras, Progressões e Promoções		DADO		
Aplicação de Gestão de Fundo de Maneio - reconstituição trimestral		DADO		
Regulamento de Fundo de Maneio		DADO		
Mapa de registo de utilização de viaturas, manutenções, reparações, consumos e quilómetros percorridos e Regulamento interno de uso de veículos do GPEARI		DADO		
Mapa de afetação do parque informático		DADO		
Mapa de registo de software e licenças		DADO		

EXTRA QUAR

Objetivo	EQ10	Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC		
----------	------	--	--	--

Indicador	EQ10.1	Grau de satisfação dos utilizadores internos		
UO Responsável		META	3,85	
Atividades		UO Responsável	UO participantes	
Relatório do questionário de satisfação sobre Secretariado, apoio em recursos humanos, financeiros e aprovisionamento, sistemas e apoio TIC e sistema de gestão documental.		DADO		